

## RESPOSTA AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

**TOMDA DE PREÇOS:** Nº 01/2021

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** Nº 015/2021

**OBJETO:** O procedimento licitatório tem por objeto a contratação de pessoa jurídica, sociedade de advogados, objetivando a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, relacionadas às atividades de inscrição, fiscalização, administração interna, processos de execução fiscal, processos ético-disciplinares, processos licitatórios, e demais procedimentos administrativos, sendo prestados pessoalmente na sede deste Conselho, com carga horária mínima obrigatória de 30 (trinta) horas semanais, bem como a representação judicial e extrajudicial deste Conselho, para defesa dos seus interesses, nos termos e especificações do Projeto Básico (Anexo II), parte integrante deste Edital.

### DECISÃO

Trata-se de Pedido de Reconsideração apresentado por LEONARDO FALCÃO RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CNPJ 27.074.636/0001-34).

#### 1. DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o Despacho de Ratificação proferido pela Conselheira Presidente do CRESS, em homenagem ao princípio do contraditório e ampla defesa, foi oportunizado aos licitantes o prazo de 05 dias úteis para apresentação pedido de reconsideração.

Considerando que o Despacho de Ratificação foi publicado no dia 19/10/2021, o prazo último para apresentação do pedido de reconsideração é 26/10/2021, sendo, por isso, tempestivo o referido pedido.

#### 2. DAS RAZÕES DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Irresignado com o resultado do certame, o Recorrente **alega** i) limitação dos pontos aos atestados de capacidade técnica, ii) distinção entre os atestados técnicos emitidos por conselhos fiscais e, iii) rigor exacerbado na análise dos atestados de capacidade técnica e possibilidade de promoção de diligências, **requerendo** sejam reconsiderados os atestados apresentados para atribuição da pontuação que entende devida.

### 3. DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre observar que o Recorrente não logrou êxito no preenchimento dos requisitos de admissibilidade, quais sejam elencar *questões não enfrentadas* ou *argumentos consideravelmente relevantes* capazes de alterar o cenário fático-jurídico, conforme consignado no Despacho de Ratificação:

“Em homenagem ao contraditório e ampla defesa, eventual pedido de reconsideração da decisão por parte dos licitantes deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data deste despacho, e terá sua admissibilidade condicionada a apresentação de *questões não enfrentadas*, ou *argumentos consideravelmente relevantes capazes de alterar o cenário fático-jurídico*.”

Analisando as razões que fundamentam o pedido de reconsideração, verifica-se que, mais uma vez, busca o Recorrente discutir as notas (técnica e final) auferidas na fase de julgamento das propostas, sendo questão devidamente enfrentada pela Presidente da Comissão de Licitação, na decisão Respostas aos Recursos Administrativos, e, ratificada pela Conselheira Presidente do CRESS 12ª Região, razão pela qual **o pedido de reconsideração não merece ser admitido.**

### 4. DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

No que pese o presente pedido de reconsideração não tenha preenchido os requisitos de admissibilidade, eis que visa a rediscussão de questões já enfrentadas, seja em sede de impugnação ou em sede recursal, nem mesmo traz fundamentos relevantes capazes de alterar o cenário fático-jurídico, em respeito a função, ao contraditório e ampla defesa, tal como ao princípio da motivação das decisões administrativas, passa-se aos seguintes esclarecimentos.

### DA DISCRICIONARIEDADE DO CRESS QUANTO A OPORTUNIZAÇÃO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

De acordo com o artigo 22, inciso XXVII da CF/88, “*competete a união legislar sobre normas gerais de licitação e contratação*”. E a lei reguladora das licitações é a 8.666/93.

Diz-se isso, pois, diferente do que entende o Recorrente, o pedido de reconsideração que aqui se discute não está sujeito a Lei 9.784/99, pois este diploma legal regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Por previsão expressa do ato convocatório, preâmbulo, a presente licitação rege-se pelas normas estabelecidas no Edital e pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

E, no que se refere ao pedido de reconsideração previsto na Lei 8.666/93, artigo 109, inciso III, trata-se de medida cabível contra ato de aplicação da sanção:

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

Normativa esta que não se aplica ao presente caso, pois não houve qualquer ato de sanção proferido nos presentes autos, muito menos ato praticado pelo rol de autoridades elencadas na referida norma.

Ou seja, o pedido de reconsideração oportunizado no despacho de ratificação se deu com base no poder discricionário do CRESS 12ª, baseado na razoabilidade e proporcionalidade, e numa administração dialógica, imparcial, transparente, eficiente e reverente a legalidade temperada, de molde a homenagear o contraditório e ampla defesa.

#### **DA AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DE PONTOS AOS ATESTADOS APRESENTADOS**

Nesse ponto, o Recorrente alega que *“a entidade promotora da licitação, ao limitar os atestados oriundos apenas as entidades de direito público, adota interpretação que além de incorreta segue pela via da restrição ilegítima de amplitude de participação”*

Considerando que a exigência de apresentação de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público é normativa editalícia prevista no *item 7.2* do ato convocatório, denota-se que **o Recorrente se insurge contra os termos do edital, porém em momento inoportuno, eis que tal questão deveria ter sido discutida em sede de impugnação, antes do início da disputa,** o que caracteriza a preclusão da matéria.

Não obstante, de acordo com o despacho de ratificação, é evidente a inadmissibilidade do pedido, eis que **se tratade questão já enfrentada** nos autos do processo licitatório, por meio de resposta a impugnação ao edital apresentada pela Briganti Sociedade de Advogados, onde ficou superada a questão, tendo sido fundamentada a exigência nos termos do artigo 37, XXI, da CF/88, que diz:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os

concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

Ou seja, a exigência editalícia se justifica pelas particularidades envolvendo os serviços buscados, principalmente no que tange ao órgão licitador, que é uma autarquia federal, sendo portanto um ente com personalidade de Direito Público, que requer, como requisito mínimo suficiente para conferir *segurança jurídica* ao contrato a ser estabelecido, a garantia de uma consultoria e assessoria com experiência comprovada em assuntos técnicos de Direito Público, prestados em favor de pessoas jurídicas de direito público.

Conforme mencionado alhures, o TCU consolidou o entendimento, por meio do Acórdão 80/2010 – Plenário, que a norma técnica contida no artigo 30, §1º, da Lei 8.666/93, não pode ser lida em seu caráter absoluto, devendo ser sopesada e aplicada em harmonia com as demais regras e princípios inerentes às licitações públicas e à Administração Pública.

Isso demonstra que **a exigência de apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público é LEGAL**, estando na mais perfeita harmonia com o entendimento do TCU (Acórdão 1618/2002; e Acórdão 4064/2009), vez que se trata de exigência expressa pertinente e necessária<sup>1</sup> para que a Administração do CRESS – 12ª Região tenha a garantia mínima de que o licitante a ser contratado possui capacidade técnica de realizar os serviços perseguidos.

Ademais, a exigência não fere o caráter competitivo e nem afasta competidores da disputa, pois todos os participantes envolvidos, incluindo a licitante Leonardo Falcão, lograram êxito em apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público. Todavia, o Recorrente pretende agora, tardiamente, em sede de pedido de reconsideração, discutir matéria que deveria ter sido discutida em sede de impugnação, alegando a ilegalidade da exigência editalícia, na tentativa de adequá-la aos seus interesses.

De acordo com o entendimento consolidado pelo STJ, **em não havendo notícia de que o licitante tenha impugnado o ato convocatório em momento oportuno, presume-se sua aceitação aos termos previstos no edital** (STJ. REsp 1563955/RS 2015).

---

<sup>1</sup>É necessária a exigência pela Administração de atestado que demonstre haver o licitante executado objeto com características similares ao da licitação. (TCU Acórdão 607/2008 Plenário)

Em outras palavras, sendo o procedimento licitatório dividido em etapas, cada qual com regras próprias, inexistindo impugnação do licitante em momento oportuno, entende-se ainda pela preclusão da matéria e legalidade do item atacado.

Esclarecido isso, não se pode esquecer que o julgamento das propostas e atribuição das notas técnicas, conforme já esclarecido na Resposta ao Recurso Administrativo apresentado pelo licitante, seguiu estritamente as regras previstas no edital, que “*é o fundamento da validade dos atos praticados no curso da licitação*”<sup>2</sup>, em simetria com o entendimento do STF:

**“A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da Cf/1988 e arts. 3.º, 41 e 43, V, da Lei 8.666/1993], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto (MS-AgR 24.555/DF, 1.º T., rei. Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006).**

Portanto, o afastamento dos requisitos previstos no edital apenas com o objetivo de privilegiar o licitante Recorrente em detrimento dos demais interessados e envolvidos no procedimento licitatório, fere de punho a isonomia do certame.

Em face disto, fica mais uma vez esclarecida a legalidade da exigência de apresentação de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público, assim como a justificativa da exigência. E, por outro lado, fica evidenciado que a questão já foi enfrentada em sede de impugnação ao edital, tratando-se de matéria preclusa e não impugnada pelo licitante, impossível de ser discutida em sede de pedido de reconsideração, razão pela qual julga-se pela inadmissibilidade e improcedência do pedido neste ponto.

#### **DA DISTINÇÃO DE PONTOS ENTRE OS ATESTADOS**

Mais uma vez, insurge-se o Recorrente em face dos termos editalícios, alegando violação a competitividade do certame e a ilegalidade das exigências feitas no ato convocatório, que prevê critério de pontuação diferenciado para atestados de capacidade técnica emitidos por conselhos de classe.

Sem razão o licitante.

Vale dizer, a ampla competitividade é um desdobramento do princípio da igualdade, que garante igual direito de acesso a todos os participantes interessados,

---

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. REVISTA DOS TRIBUNAIS: São Paulo, 2014. p. 765

orientando pelo estabelecimento dos **requisitos mínimos de participação**, para que o procedimento licitatório alcance o maior número possível de interessados em contratar com a Administração Pública.

No presente caso não se vislumbra a violação a ampla competitividade, pois o **item 9.2.3**, que fixa o critério de pontuação da experiência material dos participantes, está inserido no tópico *Julgamento das Propostas* e está vinculado a forma de avaliação e pontuação técnica. Ou seja, **não se trata de condição de participação no certame**, tanto que o Recorrente não foi desclassificado por falta de documento, que configure a restritiva alegada.

Em outras palavras, não houve restrição a participação do Recorrente no certame, e o resultado por este alcançado se deu em conformidade com os documentos apresentados e critérios objetivos preestabelecidos no edital, não havendo que se falar em violação ao princípio da competitividade.

Além de se tratar de matéria preclusa sequer impugnada em momento oportuno, discutir as regras do edital após a conclusão da disputa reflete em clara violação aos termos do edital e da lei, cujo deferimento do pedido significaria ainda em violação aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, impessoalidade e julgamento objetivo.

Aliás, em relação ao princípio do julgamento objetivo, lembra-se que as propostas devem ser julgadas com base em critérios objetivos previamente estabelecidos no edital (arts. 44 e 45, Lei 8.666/93). Isso quer dizer que a adoção de qualquer critério subjetivo fere o caráter isonômico da disputa.

Nas palavras de HELY LOPES MEIRELLES:

*“julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, **obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração**, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45).”<sup>3</sup>*

Tal princípio nos remete ao princípio da vinculação ao ato convocatório, que, nas sábias palavras do Autor:

*“é o princípio básico de toda a licitação. **Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação***

---

<sup>3</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª ed. MALHEIROS: São Paulo, 2016. p. 321.

**dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tantos os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)''<sup>4</sup>**

Disso se extrai o dever do CRESS em promover o julgamento e atribuição das notas técnicas de acordo com os critérios fixados no edital, o qual prevê pontuação diferenciada para atestados emitidos por conselhos de classe (item 9.2.3), assim como prevê pontuação diferenciada para sociedade com maior tempo de instituição (item 9.2.1), pontuação diferenciada para profissional com grau acadêmico superior (item 9.2.5), etc.

O próprio tipo de licitação e o critério de classificação escolhidos pelo CRESS para a contratação dos serviços foi uma Tomada de Preços **tipo Técnica e Preço**, cujo objeto licitado e suas peculiaridades estão diretamente relacionados ao critério técnico de julgamento adotado pelo órgão licitador, com a previsão de requisitos mínimos de aceitabilidade para a contratação e prestação dos serviços buscados.

Licitação promovida pelo critério técnica e preço “*conduz a possibilidade de sagra-se vencedora a proposta que não apresente o menor preço*”, e “*envolve benefícios e vantagens indispensáveis à satisfação mais adequada*” do objeto (Marçal Justen Filho, 2014, p. 831), desde que fixados os critérios de julgamento e avaliação no edital (art. 43, V, Lei 8.666/93):

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

No mesmo sentido, o entendimento do TCU:

“...em vista do que dispõem os arts. 40, inciso VII, 43, inciso V, 44, caput e §1º, 45 e 46, §3º, da Lei 8.666/93, informe o edital, objetivamente, os critérios de pontuação, de modo que possam se conhecidas, por todas as potenciais licitantes, as notas que serão atribuídas conforme as especificações técnicas das soluções adotadas pelas concorrentes, sopesando, para estipulação de notas máximas, a complexidade de cada item” (Acórdão 1.891/2006, Plenário. Min. Ubiratan Aguiar)

---

<sup>4</sup>*Idem.* p. 320-321.

Ou seja, sendo o Recorrente conhecedor dos critérios de julgamento e pontuação objetivamente estabelecidos no ato convocatório, sequer impugnadas lembra-se, presumindo sua concordância tácita, não parece razoável que em sede de pedido de reconsideração alegue ilegalidade em face da pontuação prevista para os atestados emitidos por conselhos de classe, por simplesmente discordar do resultado da disputa.

Afinal, o Recorrente foi exitoso em preencher os requisitos mínimos exigidos no edital, só não foi detentor das melhores notas técnica e final, conforme critérios de julgamento e avaliação previstos no edital. Não há qualquer na forma de pontuação prevista no edital, que trouxe critérios de julgamento adequados e satisfatórios para apurar o melhor grau de vantajosidade das propostas apresentadas, em harmonia com o interesse administrativo a ser satisfeito.

Assim, mais uma vez, mostra-se precluso o pedido neste ponto, eis que visa discutir suposta ilegalidade do edital, referente as normativas de pontuação técnica previamente estabelecidas e não impugnadas, bem como não se vislumbra a ilegalidade dos critérios de pontuação em si, eis que se trata de licitação promovida sob a modalidade técnica e preço, julgada em conformidade com as normas do edital e com o artigo 43, inciso V, da Lei 8.666/93, razão pela qual deve ser rejeitado o pedido também nesse ponto, que além de inadmissível é improcedente.

#### **DA INEXISTÊNCIA DE RIGOR EXACERBADO NA AVALIAÇÃO DOS ATESTADOS**

Insiste o Recorrente em tentar convalidar atestados técnicos emitidos por pessoa jurídica de direito privado, apresentados em desacordo com a exigência do *item 7.2* do edital, sendo **matéria já enfrentada em sede recursal**, que viola o critério de admissibilidade do pedido.

De qualquer forma, rememora-se que, quando da apreciação dos atestados, ficou superado em sede de Resposta ao Recurso apresentado as razões e formas de avaliação dos mesmos:

*“Com relação aos demais atestados: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Luzia D'Oeste, menciona serviço de Assessoria Jurídica e Parlamentar e não menciona representação judicial ou extrajudicial. E nos pareceres anexos, apesar de haver parecer na área de licitação, não foi encontrada manifestação sobre representação judicial ou extrajudicial. Este atestado não foi aceito pela comissão; Câmara de Primavera de Rondônia: atesta prestação de serviços de atividades jurídicas, incluindo contencioso e administrativo nas diversas áreas do ordenamento jurídico. Há*



*parecer anexo que trata sobre projeto de lei. Não há comprovação de serviço na área de licitação, portanto este atestado não foi aceito pela comissão; Conselho de Arquitetura de Rondônia: atesta prestação de assessoramento jurídico, tanto contencioso, como administrativo. Dentre os pareceres anexos há comprovação de serviço na área de licitação (termo aditivo de contrato) e parecer sobre possibilidade recurso em face de decisão de indeferiu liminar em Mandado de Segurança. Este atestado foi aceito pela comissão; Câmara Municipal de Castanheiras: atesta prestação de serviços de atividades jurídicas, incluindo contencioso e administrativo nas diversas áreas do ordenamento jurídico. No parecer anexo há comprovação de serviço na área de licitação, portanto este atestado foi aceito pela comissão; Câmara Municipal de Seringueiras: atesta prestação de serviços de advocacia de maneira genérica, não menciona sobre representação judicial ou extrajudicial, ainda que haja comprovação de serviços na área de licitação, portanto este atestado não foi aceito pela comissão; e Conselho Regional de Administração: atesta prestação de serviços de advocacia e o parecer anexo trata de assessoria jurídica acerca de prazo prescricional. Por não haver comprovação de representação judicial ou extrajudicial e não haver comprovação de serviços na área de licitação, este atestado não foi aceito pela comissão.”*

Ficou superado ainda que **o critério adotado para avaliação dos atestados apresentados pelo Recorrente foi o mesmo utilizado para avaliação dos atestados apresentados pelos demais participantes.** E, alteraro critério de atribuição de nota técnica, **além de ser ilegal**, pelo caráter isonômico da disputa, este critério de julgamento se estenderia a todos os participantes e **em nada alteraria a ordem de classificação**, conforme assinalado no julgamento do Recurso Administrativo:

*“Não bastasse isso, apenas para o fim de esclarecimento, alterar o critério de atribuição de nota técnica, de molde a considerar todos os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público de todos os participantes, conforme propõe o Recorrente, além de violar o edital, em nada alteraria a ordem de classificação do certame.”*

Por isso, conferir um tratamento diferenciado ao Recorrente vai de encontro com o princípio basilar da impessoalidade, previsto no artigo 37, *caput*, da CF/88, violando ainda a igualdade de condições entre os concorrentes (inciso XXI).

Já em relação a alegação do Recorrente de que o CRESS estaria violando dispositivos e princípios licitatórios, em momento algum foram elencados quais seriam os regulamentos e princípios supostamente violados.

Por outro lado, diferente do que alega o Recorrente, **não há qualquer menosprezo aos atestados emitidos pela Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional, assim como não há menosprezo por atestados emitidos por qualquer outra empresa privada.** Todavia, pela natureza jurídica dessas pessoas jurídicas e pela regra editalícia previamente estabelecida no *item 7.2*, a aceitação/consideração destes atestados violaria a legalidade do certame.

Lembra-se, a exigência constante na normativa do *item 7.2* foi devidamente esclarecida e superada ainda em sede de impugnação, e também em tópico acima, que tratou da ausência de limitação de pontos aos atestados, no seguinte sentido:

***“a exigência editalícia se justifica pelas particularidades envolvendo os serviços buscados, principalmente no que tange ao órgão licitador, que é uma autarquia federal, sendo portanto um ente com personalidade de Direito Público, que requer, como requisito mínimo suficiente para conferir segurança jurídica ao contrato a ser estabelecido, a garantia de uma consultoria e assessoria com experiência comprovada em assuntos técnicos de Direito Público, prestados em favor de pessoas jurídicas de direito público.***

*Conforme mencionado alhures, o TCU consolidou o entendimento, por meio do Acórdão 80/2010 – Plenário, que a norma técnica contida no artigo 30, §1º, da Lei 8.666/93, não pode ser lida em seu caráter absoluto, devendo ser sopesada e aplicada em harmonia com as demais regras e princípios inerentes as licitações públicas e à Administração Pública.*

*Isso demonstra a exigência de apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público é LEGAL, estando na mais perfeita harmonia com o entendimento do TCU (Acórdão 1618/2002; e Acórdão 4064/2009), pois **trata-se de exigência***

***expressa pertinente e necessária<sup>5</sup> para que a Administração do CRESS – 12ª Região tenha a garantia mínima de que o licitante a ser contratado possui capacidade técnica de realizar os serviços perseguidos.”***

Sendo assim, não há qualquer menosprezo aos atestados técnicos emitidos por pessoa jurídica de direito privado seja ela qual for, mas tão somente respeito as normas e critérios estabelecidos no edital de licitação, estabelecidos nos termos da lei e da técnica mínima exigida para a prestação dos serviços buscados, com os quais o Recorrente se mostrou de acordo até a apresentação de seu pedido de reconsideração.

Quanto a prerrogativa legal que a Administração Pública tem de promover diligências nos processos licitatórios, previstano artigo 43, §3º, da Lei 8.666/93, vejamos o que diz a norma:

§ 3º É **facultada** à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Observa-se que **a realização de diligências não é uma obrigatoriedade mas sim uma faculdade do órgão licitador**, quando este se deparar com alguma dúvida ou imprecisão em relação as informações e dados contidos nos documentos apresentados, o que em momento algum se fez necessário.

Realizar diligências em relação aos atestados apresentados pelo Recorrente na forma como proposta configuraria em tratamento privilegiado, violando o princípio da impessoalidade e igualdade atrelados à Administração Pública.

Em vista disso, não se vislumbra formalismo exacerbado ou punição do Recorrente pelos documentos apresentados, nem mesmo violação a percepção da proposta mais vantajosa, mas respeito ao julgamento objetivo, justo e nos termos fixados no edital, homenageando-se a legalidade, igualdade e demais princípios inerentes ao procedimento licitatório, seja de ordem constitucional ou infraconstitucional.

Por fim, quanto aos documentos apresentados pelo Recorrente, por previsão expressa do já mencionado §3º do artigo 43, da Lei 8.666/93, **é vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta**, sob pena de violação da legalidade e isonomia entre os participantes.

Seguindo o entendimento do Jurista Renato Geraldo Mendes, ao comentar a norma do §3º do artigo 43, este nos ensina que a vedação da norma está ligada diretamente

---

<sup>5</sup>É necessária a exigência pela Administração de atestado que demonstre haver o licitante executado objeto com características similares ao da licitação. (TCU Acórdão 607/2008 Plenário)

com a realização da diligência, sem a qual nem se cogitaria a admissão de qualquer documento.

Ademais, menciona o referido Jurista que somente se admite documento em caráter explicativo e complementar, jamais se admitindo documento novo que deveria constar na proposta, indispensável para a avaliação desta, sob pena de favorecer o tratamento privilegiado em detrimento da isonomia do procedimento:

*“A última parte do § 3º do art. 43 está relacionada ao conteúdo da **vedação que envolve a própria realização da diligência**. Nesse sentido, a vedação implica prescrever o que não poderá ser admitido, viabilizado ou tolerado por ocasião da realização da diligência. Com todas as letras, está expresso que **é vedada “a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”**. Portanto, **não é possível utilizar a diligência para viabilizar a inclusão de documento ou informação que deveria ter sido apresentado pelo licitante tempestivamente, e não foi**. Dito de outra forma, sob o ponto de vista literal **o legislador proibiu o saneamento de vício material, pois tanto a não apresentação de um documento como a não inclusão de uma informação essencial na proposta configuram esse vício**. Deve-se entender por vício material **o não atendimento de exigência indispensável para avaliar as condições pessoais do licitante ou a sua proposta**. O edital é cheio de exigências materiais. O entendimento majoritário sempre foi no sentido de que, se o licitante deixa de atender a tais condições, deve ser inabilitado ou a sua proposta deve ser desclassificada. Dessa forma, o legislador pretendeu proibir a utilização de diligência para produzir o saneamento de um vício material, ou seja, quis impedir que a Administração possibilitasse ao licitante incluir um documento ou complementar uma informação que já deveria constar da proposta. No entanto, é preciso relativizar a proibição, e não tomá-la como algo absoluto. É necessário ver a proibição como mecanismo capaz de impedir a violação da ideia de igualdade, que deve nortear toda a licitação, do primeiro ao último ato do procedimento. **Nesse sentido, é possível dizer que a vedação intenta impedir, simultaneamente, o saneamento de vício de natureza material e a violação da ideia de igualdade.** (...)”<sup>6</sup>*

---

<sup>6</sup><http://www.zenitefacil.com.br>. Categoria Anotações, Lei nº 8.666/93, nota ao art. 43.

Portanto, inexistindo erro a ser sanado, ou mesmo realização de diligência que justifique a documentação apresentada, a mesma inquestionavelmente não pode ser considerada, por força do §3º do artigo 43 da Lei Geral de Licitações, eis que caracterizaria em tratamento diferenciado, violando um dos princípios mais caros no âmbito das licitações, que é a isonomia.

Nesse sentido, mais uma vez, além de ser matéria preclusa já enfrentada, são também improcedentes as alegações e pleitos do Recorrente nesse ponto, eis que visam rediscutir a nota técnica e a nota final, matéria apreciada em sede de recurso.

## 5. CONCLUSÃO

**ANTE O EXPOSTO**, considerando as normas expressas no edital, bem como demais previsões legais e jurisprudenciais, a Presidente da Comissão de Licitação do CRESS 12ª Região julga, e a Conselheira Presidente ratificada, **pela INADMISSIBILIDADE do pedido de reconsideração**, posto que não preenche os requisitos para tanto, conforme previu o Despacho de Ratificação proferido pela Conselheira Presidente, versando sobre questões já enfrentadas, com o intuito de discutir as normas do edital, sendo matéria preclusa, bem como rediscutir a avaliação da proposta e nota técnica auferidas pelo participante Recorrente.

De toda forma, em homenagem a função e a motivação das decisões, foram enfrentados todos os argumentos trazidos pelo Recorrente, os quais restaram IMPROCEDENTES, nos termos da fundamentação acima.

Florianópolis, 27 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)

**Viviana Wachtel Seleme**

A.S. 2516 – CRESS 12ª REGIÃO

Conselheira Presidente